

A LEI DO ANTIGO TESTAMENTO VERSUS A GRAÇA NEOTESTAMENTÁRIA



“... Vós, meus irmãos, morrestes quanto à lei mediante o corpo de Cristo, para pertencerdes a outro, aquele que ressuscitou dentre os mortos, a fim de produzirmos frutos para Deus. Pois, quando estávamos na carne, as paixões dos pecados, suscitadas pela lei, operavam em nossos membros para frutificar para a

morte. Mas agora fomos libertados da lei, tendo morrido para aquilo a que estávamos presos, **para servir na novidade do Espírito, e não na velhice da letra.**” (Romanos 7.4-6 – Almeida Século 21)

1. PROLEGÔMENOS

Ao analisarmos o contexto do panorama evangélico nos dias atuais, podemos afirmar que vivemos em um tempo conturbado, quando o assunto são as tensões existentes entre Lei e Graça. De um lado, existem grupos de pessoas que ignoram por completo o conteúdo bíblico do Antigo Testamento, havendo até quem critique – em nome da Graça – a permanência dos livros da Lei no Cânon Sagrado. De outro lado temos aqueles que estão tão arraigados às leis veterotestamentárias, que a simples menção da palavra Graça, os deixa completamente sem graça e incomodados. Tudo isso sem mencionar também a existência de outros grupos que fazem uma verdadeira balbúrdia na tentativa de interlaçar os dois conceitos.

O objetivo do presente estudo é servir como um instrumento de desemaranhamento dessas tensões à luz da própria Palavra de Deus, mostrando (ao contrário do que muitos pensam) que Lei e Graça não se contrapõem, mas apenas ocupam lugares diferentes na história da revelação que Deus fez de Si mesmo à humanidade ao longo dos tempos (cf. Hebreus 1.1), sendo que ambas convergem na pessoa do Senhor Jesus Cristo – razão pela qual a Bíblia deve ser lida e interpretada sempre de modo cristocêntrico, ainda mais porque todos nós fazemos uma leitura interpretativa da Bíblia, que muitas vezes pode ser equivocada. Sendo assim, que o Espírito Santo de Deus ilumine a nossa mente, nos fornecendo a porção necessária de entendimento e compreensão, para a correta interpretação das Sagradas Escrituras.

2. DEFINIÇÃO DOS TERMOS¹

Testamento. Do hebraico בְּרִית (b^erît), significa “tratado”, “compromisso”, “aliança”; do grego διαθήκης (diathékes), que significa “pacto”, “acordo”, “aliança”. Em ambos os casos se refere a

¹ VINE, W. E.. *Dicionário Vine: o significado exegético e expositivo das palavras do Antigo e do Novo Testamento.* Trad. Luís Aron de Macedo. Rio de Janeiro: CPAD, 2002. 1.115 p.

¹ STRONG, James. *Dicionário Bíblico de Strong: Léxico Hebraico, Aramaico e Grego de Strong.* Barueri: SBB, 2002. 1.352 p.

uma aliança acompanhada de sinais, sacrifícios e um juramento solene que selava o pacto com promessas de bênção para quem guardasse a aliança e de maldição para quem a quebrasse.

Lei. Do hebraico תּוֹרָה (*tôrâh*), significa “*direção*”, “*ensino*”, “*instrução*”. No Novo Testamento é utilizado o vocábulo grego νόμος (*nómos*), que significa “*aquilo que é prescrito por costume ou por estatuto*”.

Graça. Do hebraico חֵן (*hên*), significa “*misericórdia*”, “*compaixão*”. Refere-se a “*ação que parte de um superior na direção de um inferior que não tem nenhum direito a tratamento clemente*”. No Novo Testamento é utilizado o vocábulo grego χάρις (*cháris*), que significa “*por parte do doador, a disposição graciosa ou amigável da qual procede o ato benevolente, graciosidade, ternura, clemência, a boa vontade em geral*”.

3. A LEI DE MOISÉS E A GRAÇA DE JESUS²

“Porque a lei foi dada por meio de Moisés; a graça e a verdade vieram por meio de Jesus Cristo.” (João 1.17 – Almeida Século 21)

A “instrução” dada por Deus a Moisés e aos israelitas ficou conhecida por “a lei” ou “a direção”, e mais comumente por “a lei do Senhor” (cf. Salmo 119.1), ou “a lei de Deus” (cf. Neemias 8.18), e também por “a lei de [dada por] Moisés” (cf. Malaquias 4.4).

Não há correspondência exata entre o que chamaríamos de “leis” e o que no Antigo Testamento é chamado de “os livros da lei”. Ocasionalmente, os cinco primeiros livros da Bíblia são tratados como sendo um único livro: o livro da lei (cf. Josué 1.8). No Novo Testamento, as referências feitas à “lei”, na maioria das vezes dizem respeito à totalidade do Antigo Testamento, visto que a função da maioria dos livros do Antigo Testamento é, em grande medida, ilustrar e aplicar a Lei que se acha no Pentateuco – mais precisamente nas passagens contidas entre Êxodo 20 e Deuteronômio 33. Ainda assim, precisa ficar claro em nossa mente que, quando falamos em “Lei” não nos referimos a todo o conteúdo bíblico, mas a uma parte dele. Lei e Bíblia não são termos sinônimos. Seguir a Bíblia é diferente de seguir a lei, e vice-versa.

A Lei de Moisés (também chamada de Lei do Antigo Testamento) é uma aliança. Uma aliança é um contrato obrigatório entre duas partes, sendo que as duas têm obrigações especificadas na aliança.

Nos tempos do Antigo Testamento, muitas alianças eram do tipo chamado “aliança de suserania”. Estas alianças eram generosamente outorgadas por um suserano com todos os poderes (o chefe supremo) a um vassalo (servo) mais fraco e dependente. Garantiria ao vassalo benefícios e proteção.

² FEE, Gordon D. & STUART, Douglas. *Entendes o que lêes?: Um guia para entender a Bíblia com o auxílio da exegese e da hermenêutica*. Trad. Gordon Chown. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 1997. 137-151 p.

Por sua vez, porém, o vassalo era obrigado a ser leal somente ao suserano, com a advertência de que qualquer deslealdade acarretaria castigos conforme as especificações na aliança. O vassalo, por sua vez, demonstrava lealdade guardando as regras de conduta estipuladas na aliança.

Deus dispôs a Lei do Antigo Testamento e o constituiu como um contrato obrigatório entre Ele (o Senhor) e o povo de Israel (o servo). Nesse contrato, de um lado Deus garantiria benefícios e proteção a Israel. De outro lado, em troca dos benefícios e da proteção, Israel tinham de guardar mais do que seiscentos mandamentos contidos na Lei de Moisés.



O Antigo Testamento não é nosso Testamento, mas foi Testamento de Israel, herdeiros do pacto entre Deus e Abraão (cf. Gênesis 15.7-18; 17.1-14).

Como vimos no início deste estudo, testamento é outra palavra para “aliança”. O Antigo Testamento representa uma velha aliança, que como cristãos já não estamos obrigados a guardar:

*“Mas agora tanto ele [Jesus] alcançou ministério mais excelente, quanto é mediador de uma **aliança melhor, firmada em melhores promessas...** Ao dizer que esta aliança é nova, ele [Jesus] tornou antiquada a primeira. E o que se torna antiquado e envelhece, está perto de desaparecer.”* (Hebreus 8.6, 13)

Jesus **não anulou** a Antiga Aliança (como se ela não houvesse nenhum proveito nela), mas Ele a **substituiu** por uma melhor. Com isso, nenhuma das leis é obrigatória para nós a não ser que ela seja renovada na Nova Aliança (também chamada de Novo Testamento). Ou seja: **a não ser que uma lei do Antigo Testamento seja de alguma forma reformulada ou reforçada no Novo Testamento, já não é diretamente obrigatória para o povo de Deus:**

*“Porque o pecado não terá domínio sobre vós, pois **não estais debaixo da lei, mas debaixo da graça.**”* (Romanos 6.14)

A Lei simplesmente representava os termos do contrato de lealdade que Israel tinha com Deus:

“Esta é, pois, a lei que Moisés propôs aos filhos de Israel.” (Deuteronômio 4.44)

“... E pediram a Esdras, o escriba, que trouxesse o Livro da Lei [Pentatêuco] de Moisés, que o SENHOR dera a Israel.” (Neemias 8.1b)

A Antiga Aliança e a Nova Aliança não são idênticas. Deus espera de nós – cristãos – evidências de obediência e lealdade diferentes daquelas que Ele esperava dos israelitas do Antigo Testamento. Isso porque uma grande porção de leis da Antiga Aliança não foi renovada na Nova Aliança. Eram leis que se aplicavam somente aos cidadãos do Israel antigo, e ninguém que vive hoje é um cidadão de Israel antigo.

A Lei, e as demais Escrituras que os cristãos chamam de Antigo Testamento, tiveram o seu fim a partir do momento em que João Batista começou a pregar o Novo Testamento:

“A Lei e os Profetas duraram até João; desde então, é anunciado o Reino de Deus...” (Lucas 16.16)

Não podemos deixar de ressaltar que parte da Antiga Aliança é renovada na Nova Aliança. Nesse aspecto, as leis “éticas” do Antigo Testamento continuam sendo aplicáveis aos cristãos. Mas fora desse aspecto, **a totalidade da lei do Antigo Testamento ainda é a Palavra de Deus para nós, ainda que não continue sendo o mandamento de Deus para nós.** Somente aquilo que é explicitamente renovado da lei do Antigo Testamento pode ser considerado parte da “lei de Cristo” no Novo Testamento (cf. Gálatas 6.2). As demais servem apenas para nos mostrar quão impossível é agradarmos a Deus com nossos próprios esforços.

De forma geral, uma grande porção dos mais de seiscentos mandamentos achados na lei pentateucal no Antigo Testamento é casuística, isto é, caso-por-caso. Nenhum deles é explicitamente renovado na Nova Aliança. Isso porque tais leis se aplicam especificamente à vida civil, religiosa, e ética de Israel. Eles são, por sua própria natureza, limitados na sua aplicabilidade e, portanto, é improvável que tenham aplicações ao cristão.

Em resumo, podemos elencar dois princípios hermenêuticos, que nos servirão muito bem, no momento em que estudarmos a lei pentateucal do Antigo Testamento:

1. Veja a Lei do Antigo Testamento como a palavra plenamente inspirada de Deus para você. Não veja a Lei do Antigo Testamento como o mandamento direto de Deus dirigido a você.
2. Veja a Lei do Antigo Testamento como a base da Antiga Aliança, e, portanto, da história de Israel. Não veja a Lei do Antigo Testamento como obrigatória para os cristãos da Nova Aliança, a não ser onde for especificamente renovada.

O alvo ostensivo da Lei é conter as tendências naturais maldosas dos homens, no estado decaído; contudo, na prática, a lei se acha não somente ineficaz, mas, na verdade, provoca essas tendências para uma maior atividade. É como se a Lei dissesse ao homem: “Não pise na grama”; e o pecado imediatamente se colocasse no caminho e dissesse: “Pise na grama, se você quiser. Sinta como é bom e prazeroso pisar na grama”.

As leis de Deus no Antigo Testamento foram necessárias porque ainda não havia, naquela época, um agente moderador e regulador na vida do indivíduo, de forma que a consciência não lhe pesava:

“Pois a mentalidade da carne é mort; mas a mentalidade do Espírito é vida e paz. A mentalidade da carne é inimiga de Deus, pois não está sujeita à lei de Deus, nem pode estar.” (Romanos 8.6-7)

A partir do Novo Testamento, a função de agente moderador/regulador na vida humana, começou a ser exercida pela pessoa do Espírito Santo de Deus, que passou a convencer o mundo do pecado, e da justiça, e do juízo (cf. João 16.8), guiando-o em toda a verdade (cf. João 16.13).

A intenção da Graça – através do dom do Espírito – é constranger o crente a uma vida na qual as tendências naturais não tenham lugar e produzir nele os opostos diretos. Portanto, o crente não apenas não está sob a lei, mas a lei não tem campo de ação na sua vida, já que ele é guiado pelo Espírito:

“Mas, se sois guiados pelo Espírito, não estais debaixo da lei.” (Gálatas 5.18)

“Esta é a aliança que farei com a casa de Israel, depois daqueles dias, diz o Senhor. Porei as minhas leis na sua mente e as escreverei em seu coração. Eu lhes serei Deus, e eles me serão povo. Ninguém terá de ensinar ao próximo, nem a seu irmão, dizendo: Conhece ao Senhor; porque todos me conhecerão, desde o menor deles até o maior.” (Hebreus 8.10-11 – Almeida Século 21)

O objetivo da Lei foi mostrar que ninguém que supõe que o seu comportamento está à altura dos padrões divinos revelados na Lei será capaz de passar pelo exame de Deus no dia do juízo. Ao contrário, conhecer os padrões de Deus significa perceber a própria insuficiência e desespero. Como disse certa vez, o escritor e tradutor bíblico John Bertram Phillips (1906-1982), *“é a linha reta da lei que nos mostra como somos tortos”*.

A despeito de não estarmos debaixo da lei, não quero, em hipótese alguma, defender a bandeira do antinomianismo³. Pelo contrário, a Lei tem um papel importante no processo histórico da redenção da humanidade através da Graça divina. Ao escrever aos gálatas, o apóstolo Paulo afirmou:

*“De maneira que **a lei nos serviu de aio, para nos conduzir a Cristo**, para que, pela fé, fôssemos justificados. Mas, depois que a fé veio, já não estamos debaixo de aio.” (Gálatas 3.24-25)*

No entendimento de Paulo, a lei teve como único propósito (sendo parte da revelação progressiva de Deus) conduzir as pessoas “até [a vinda do] Cristo”⁴. Para isso desempenhou a função de aio, do grego παιδαγωγός (*paidagôgòs*), isto é, um guardião e guia de meninos. Entre os gregos e os romanos, o

³ **Antinomianismo** é doutrina luterana de João Agrícola (1494-1566) que, em nome da supremacia da fé e da graça divina, prega a indiferença para com a lei. É o extremo oposto do legalismo. É o que o apóstolo Judas denominou, na Epístola que leva o seu nome, de *“transformar em libertinagem a graça de Deus”* – cf. Judas 4 (Dicionário Houaiss).

⁴ HAUBECK, Wilfrid & SIEBENTHAL, Heinrich Von. *Nova Chave Linguística do Novo Testamento Grego: Mateus - Apocalipse*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Targumim & Hagnos, 2009. 1088 p.

nome era aplicado a escravos dignos de confiança que eram encarregados de supervisionar a vida e a moralidade dos meninos pertencentes à elite. Aos meninos não era nem mesmo permitido sair de casa sem a sua companhia até que alcançassem a idade viril⁵. Uma vez alcançada essa fase, a missão do aio estava completa e a função dele deixava de ter valor na vida do rapaz. Assim ocorreu com a Lei: Uma vez que ela guiou o indivíduo até o conhecimento de Cristo, a missão da Lei foi cumprida e ela deixou de ter utilidade, visto que a pessoa passa a ser guiada tão somente pelo Espírito Santo.

Em outra ocasião, ao escrever para os cristãos em Roma, o apóstolo Paulo ratifica o que ele já havia escrito aos gálatas:

|| ***“Porque o fim da lei é Cristo para justiça de todo aquele que crê.”*** (Romanos 10.4)

No versículo acima, de acordo com o estudioso bíblico e educador americano James Strong (1822–1894), uma tradução alternativa da parte em negrito seria: *“a lei chega ao seu fim com Cristo”*, pois o sentido mais provável é que Cristo põe fim ao regime da Lei (cf. Romanos 7.4-6; Gálatas 3.24).

No capítulo 7, da epístola dos romanos, o apóstolo Paulo busca explicar o fim da aplicabilidade da Lei do Antigo Testamento, usando para isso a ilustração da aliança existente no matrimônio, onde o povo de Deus, por meio da aliança, é apresentado como Sua esposa. Paulo explica que um novo marido substituiu a Lei. A igreja foi unida a Cristo mediante um laço de casamento. Os cristãos são uma viúva que se casou de novo. O casamento é concebido como a submissão da esposa ao marido como senhor. O primeiro marido era a Lei – uma imagem extraída da condição de se estar *“debaixo [do controle] da Lei”* (cf. Romanos 6.14). A morte liberta a pessoa da lei do casamento; uma viúva está absolutamente livre para casar de novo. Em um sentido novo, a morte libertou os cristãos da lei. O ocorreu uma morte, e assim os laços que ligam os homens em sujeição à lei foram quebrados. A morte é a do corpo de Cristo crucificado em que eles estavam representados. A sua consequente união com o Senhor ressurreto é uma nova união figurada agora, não mais na Lei de Moises, mas na Lei de Cristo⁶:

|| *“Para os que estão sem lei, como se estivesse sem lei (não estando sem lei para com Deus, mas debaixo da lei de Cristo), para ganhar os que estão sem lei.”* (1Coríntios 9.21)

A atitude de Paulo para com a lei é marcada pela sua própria experiência dentro do judaísmo. E suas palavras devem ser entendidas sempre dentro desse contexto. Caso contrário, algumas de suas palavras poderão ser mal compreendidas e interpretadas de forma confusa ou errônea. Um exemplo disso pode ser visto na passagem bíblica abaixo:

⁵ STRONG, James. *Dicionário Bíblico de Strong: Léxico Hebraico, Aramaico e Grego de Strong*. Barueri: SBB, 2002. 1.352 p.

⁶ BRUCE, Frederick Fyvie. *Comentário Bíblico NVI: Antigo e Novo Testamento*. Trad. Valdemar Kroker. São Paulo: Vida, 2009. 1842 p.

“Por acaso anulamos a lei pela fé? De modo nenhum; pelo contrário, **confirmamos a lei.**” (Romanos 3.31 – Almeida Século 21)

No texto acima, Paulo não está ratificando a vigência e permanência da Lei do Antigo Testamento no período do Novo Testamento. Mas ele está ensinando que as leis éticas e morais presentes no Antigo Testamento permanecem no Novo Testamento porque elas foram renovadas na Nova Aliança. Paulo não estava anulando a revelação que Deus fez de si mesmo no Antigo Testamento. Pelo contrário, para o apóstolo, o Evangelho confirma a Lei, mas dá a ela o lugar que Deus sempre desejou que ocupasse dentro da história da revelação divina⁷.

No entendimento de Paulo – e também deve ser o nosso – a Lei tem o seu valor porque ela, se entendida corretamente, nos ensina (cf. Gênesis 15.6) que Deus nos aceita por meio da fé, como se pode ver no exemplo de Abraão. Por isso o versículo acima não pode ser interpretado de forma isolada ou distante do contexto do versículo 21 e do capítulo 4, onde Paulo introduz o assunto.⁸

⁷ RICHARDS, Lawrence O. *Guia do leitor da Bíblia: Uma análise de Gênesis a Apocalipse capítulo por capítulo*. Trad. Alexandre Lacnit (Gênesis a Isaías) e Arsênio Novaes Netto (Jeremias a Apocalipse). Rio de Janeiro: CPAD, 2005. 739 p.

⁸ Bíblia de Estudo Nova Tradução na Linguagem de Hoje. Barueri: SBB, 2005. 1.140 p.